

A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NO ESPÍRITO SANTO: CONSTITUIÇÃO E CRISE DE UMA AGRICULTURA FAMILIAR

Márcia Cristina Bergamim

Mestra em Geografia e Pesquisadora do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e
Extensão Rural – INCAPER - CPF 03495139702
Rua Amélia Tartuce Nasser, 1046/104 – Jardim da Penha, Vitória/ES Cep 29065020
mcbergamim@hotmail.com

7 - AGRICULTURA FAMILIAR

APRESENTAÇÃO EM SESSÃO SEM DEBATEDOR

A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NO ESPÍRITO SANTO: CONSTITUIÇÃO E CRISE DE UMA AGRICULTURA FAMILIAR

RESUMO

O presente trabalho aborda a constituição, a consolidação e a crise de uma estrutura produtiva predominantemente assentada na agricultura familiar. O recorte temporal inicia-se por volta de 1850, com a emergência da cultura cafeeira no Espírito Santo e encerra-se nos anos 1960, quando a agricultura familiar entra em crise. Baseado no processo de formação de diferentes regiões produtivas no estado, analisa-se a expansão da cafeicultura e a constituição e difusão da agricultura familiar. Como a lógica de produção do espaço capixaba estabeleceu um processo inverso ao verificado na maioria dos estados brasileiros, pois enquanto nestes consolidava-se o latifúndio, no Espírito Santo, a formação espacial caracterizava-se pela hegemonia da agricultura familiar, com o predomínio uma estrutura produtiva fundada na pequena propriedade, no trabalho familiar e na ausência de recursos técnicos. Essa forma de organização da produção deixou evidente seus limites no desenvolvimento socioeconômico estadual.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura familiar, cafeicultura, imigração européia

1 A emergência da cultura cafeeira e a ocupação do território

Até o século XIX a ocupação da capitania do Espírito Santo restringia-se apenas à fundação de alguns núcleos populacionais esparsos e localizados no litoral. Nessa época, apesar de incipiente no contexto nacional, a produção de açúcar traduzia-se na principal atividade econômica do Espírito Santo. No entanto, a emergência da cultura cafeeira na província, no final da primeira metade do século XIX, imprimiu transformações significativas não somente na base espacial mas também demográfica. A partir de então, inicia-se efetivamente a ocupação do território capixaba e o crescimento populacional manifesta-se como um dos indicadores desse processo. Entre 1856 e 1872 a população elevou-se de 49.092 para 82.137 habitantes (SALETTI, 1996b), representando um crescimento bastante expressivo, sobretudo quando se considera o padrão de desenvolvimento capixaba no período em questão.

O volume da produção de café do Espírito Santo nem sempre apresentou importância no contexto econômico brasileiro, pois em 1872 representava apenas 4,7% da produção nacional, mas sua expressividade na formação socioeconômica e na ocupação do território capixaba é inegável. A atividade cafeeira representou a primeira oportunidade efetiva de desenvolvimento econômico experimentada pela capitania, integrando-a no contexto das trocas internacionais e, durante mais de um século constituiu-se a atividade econômica mais importante desenvolvida em território capixaba. Seu cultivo iniciou-se por volta de 1845 e em 1853 já superava a produção açucareira (CAMPOS JR., 1996), ou seja num período inferior a dez anos.

Ainda no final da primeira metade do século XIX, a cafeicultura permitiu o início da ocupação do interior da região sul e da região central da província. Nesse período, o café também alcança a região norte do Espírito Santo, mas ocorre um recuo expressivo no desenvolvimento dessa cultura e a produção diminui, de forma que a ocupação dessa região, por intermédio dessa

atividade econômica, somente veio a efetivar-se a partir do século XX. O processo de ocupação dessas regiões não ocorreu de forma homogênea, o que resultou na constituição de distintas formações espaciais ao longo do território capixaba.

Segundo Corrêa, “uma sociedade só se torna concreta através do seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade” (2001, p. 26). E ainda, considerando que “a formação de um dado espaço [...] está associada a um certo tipo de organização da produção” (CAMPOS JR. 1996, p. 68), ou seja, o espaço é produzido através das relações sociais de produção, admitimos que, guardadas as devidas peculiaridades, os diferentes grupos sociais predominantes nas regiões produtivas capixabas, traduzem-se em um elemento de extrema relevância para compreender o motivo pelo qual nessas regiões se constituíram distintas formações socioespaciais.

Assim, o espaço consiste em uma relação social e é por meio da ação humana, ou seja, das relações sociais de produção que a organização do espaço é produzida. De acordo com Corrêa (1996), nesse processo a ação de dois atores sociais, o estado e os proprietários dos meios de produção, imprime suas marcas no espaço geográfico, resultando na constituição de diferentes formações socioespaciais. É dessa forma que podemos compreender o surgimento de diferentes regiões geográficas no processo de ocupação territorial do Espírito Santo, cuja abordagem remete à constituição, no século XIX, das três regiões produtivas, localizadas no sul, centro e norte capixaba, conforme veremos na abordagem que se segue.

1.1 A ocupação da região sul do Espírito Santo: a formação de grandes fazendas escravistas e cafeiras

A ocupação do interior do sul da província do Espírito Santo iniciou-se no final da primeira metade do século XIX por intermédio da cafeicultura. Essa região foi ocupada em decorrência da expansão da fronteira agrícola fluminense e mineira. Naquela ocasião, esses fazendeiros migraram para o sul do Espírito Santo, pois havia grande disponibilidade de terras incultas nesta Província, e reproduziram nessa região a mesa estrutura produtiva das províncias de origem, ou seja, formaram grandes fazendas produtoras de café baseadas no trabalho escravo (*plantation*), com algumas características distintas, uma vez que “apresentavam tamanho médio muito superior ao das fazendas situadas no Vale do Paraíba e Oeste Paulista, do mesmo modo que o número de pés de café por hectare, por fazenda e por escravo sempre esteve muito abaixo do verificado naquelas regiões” (BUFFON, 1992, p. 80).

Essas características ganham maior visibilidade na tabela 1, na qual Saletto (1996a) a partir dos dados de Van Delden Laerne, baseados em informações das fazendas hipotecadas ao Banco do Brasil, deixa evidente algumas peculiaridades do desenvolvimento da cafeicultura no Espírito Santo.

Verifica-se que a produção de café no Espírito Santo, por hectare, apresentava-se bem menor que a produção das fazendas localizadas nas principais regiões produtoras do país. Segundo Buffon (1992) o menor número de cafeeiros por hectare indicava que apenas uma porcentagem da área das fazendas era destinada ao cultivo do produto, pois a ocorrência de um relevo montanhoso tornava algumas áreas inaptas ao desenvolvimento da cafeicultura e impossibilitava o plantio de grandes extensões de café. Ainda segundo Buffon (1992), baseado em Ferreira (1987), o pequeno número de cafeeiros por escravos pode ser explicado pela abundância de cativos, sobretudo quando se considera que a dimensão da produção de café das fazendas capixabas era bastante inferior a das províncias vizinhas.

TABELA 1
CARACTERÍSTICAS DAS FAZENDAS CAFEICULTORAS HIPOTECADAS
AO BANCO DO BRASIL EM 1883

Regiões	Nº de pés de café	Extensão em hectares	Pés de café/ha	Nº de escravos	Relação pé de café/escravo
Rio de Janeiro	197.060	628	314	5.608	3.513
São Paulo (Paraíba)	148.698	984	151	3.749	3.966
Minas Gerais	134.856	591	228	3.639	3.705
São Paulo (Oeste)	88.384	663	133	3.606	2.450
Espírito Santo	65.916	2.066	32	4.741	1.390

Fonte: (SALETTTO, 1996a, p.37)

Adaptação: BERGAMIM, M.C., 2003.

Região de relevo bastante acidentado, quando comparado com as Províncias vizinhas, o sul do Espírito Santo utilizou, no cultivo do café, as mesmas formas tradicionais e predatórias empregadas pelo Rio de Janeiro e Minas Gerais, cujos quadros naturais eram mais apropriados. Como o plantio dessa cultura nas encostas dos morros do estado não era realizado em curvas de nível mas em fileiras, acentuou-se o processo de erosão, diminuiu-se a fertilidade natural dos solos, o que resultou não só na redução do tempo de vida útil, mas da produtividade dos cafeeiros.

Fazendas com dimensão física superior às grandes regiões cafeeiras do país, mas com pequena produção de café expressam a forma como estava organizada a cafeicultura no sul capixaba. Com essas características, a acumulação capitalista realizada pela atividade cafeeira desenvolvida nessas fazendas, só poderia ser muito pequena. Acrescente-se a esse quadro que exportava-se a produção de café dessa região pelo Rio de Janeiro, de forma que parte considerável do excedente aqui produzido era apropriado pelo capital mercantil fluminense (BUFFON, 1992).

Naquele período as fazendas capixabas caracterizavam-se pela pequena mercantilização, o café representava o único produto com valor comercial e voltado para o mercado externo, a divisão do trabalho era incipiente e produziam-se quase todos os bens necessários à sobrevivência. A mão-de-obra escrava era utilizada tanto na produção de alimentos quanto na rudimentar indústria doméstica, de forma que essas fazendas constituíram-se em unidades produtivas quase auto-suficientes. Dadas essas características, “as fazendas capixabas seriam muito mais auto-suficientes que suas congêneres na época” (SALETTTO, 1996a, p. 39).

O sistema de transporte era bastante deficiente e a produção de café era escoada em lombos de animais até os portos. A acumulação realizada pela cafeicultura capixaba não foi capaz de construir uma extensa rede de transporte ferroviário, como ocorreu em São Paulo. Dessa forma, naquele período, a debilidade do sistema de transporte do Espírito Santo contribuiu para promover de um lado o isolamento no interior das regiões produtivas e de outro o isolamento entre elas, uma vez que não havia trocas comerciais entre elas. Naturalmente, ampliava-se a necessidade da auto-suficiência produtiva das fazendas e como consequência havia um direcionamento de parte da mão-de-obra para essas atividades em detrimento da atividade cafeeira. Assim, as fazendas não se especializavam produtivamente e retardavam a formação do mercado consumidor interno, já comprometido pela utilização do trabalho escravo.

Considerado o contexto econômico da Província e a forma como estava organizada a produção cafeeira, mesmo com todo o dinamismo alcançado pela cafeicultura da região sul, a incipiente acumulação daí advinda não se desdobrou em outras atividades. A acumulação cafeeira não possibilitou a construção de um adequado sistema de transporte ferroviário, nem o

desenvolvimento de um sistema bancário e tampouco a industrialização. No Espírito Santo, não se produziram as condições para a constituição de um complexo cafeeiro conforme verificado em São Paulo, na transição do trabalho compulsório para a mão-de-obra livre.

Nessa época, o deficiente sistema de transporte desenvolvido no Estado contribuía para reduzir ainda mais os lucros auferidos pela cafeicultura. Tanto na região sul quanto na região central, a produção de café era transportada em lombo de mulas, das regiões produtivas até um porto fluvial, daí para um porto marítimo e só então o produto era exportado. Essa forma de escoar a produção ampliava os gastos e reduzia o lucro dos produtores.

A expansão da cultura cafeeira no Espírito Santo processou-se de forma lenta, quando comparada com o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista. Estas duas regiões, dado o seu dinamismo de ocupação, eram consideradas zonas pioneiras no século XIX segundo Waibel (1955), enquanto o sul do Espírito Santo não constituía uma zona pioneira. Isso serve para reafirmar ainda mais o reduzido movimento de expansão da cafeicultura espírito-santense, pois as zonas pioneiras caracterizam-se sobretudo pelo dinamismo e acelerado ritmo de expansão da agricultura (WAIBEL, 1955).

Soma-se a esse quadro o fato da expansão da cafeicultura no Espírito Santo coincidir com o período pré-abolicionista, encarecendo substancialmente o valor da mão-de-obra. Segundo Saletto (1996a), em 1883 o plantel de escravos representava a maior parte do valor das fazendas capixabas (52%) hipotecadas ao Banco do Brasil.

A atividade cafeicultora foi a grande responsável pelo dinamismo econômico alcançado pela região sul. Além de ter promovido a ocupação dessa região, alterou seu quadro demográfico, de forma que no período compreendido entre 1856 e 1872 sua população elevou-se de 49.092 para 81.889 habitantes, passando a representar 44% da população total da Província e o maior crescimento populacional verificado entre as regiões produtivas capixabas (ALMADA, 1983 apud FERREIRA, 1987). A explicação para o elevado crescimento populacional ocorrido encontra-se no movimento migratório das províncias vizinhas para o sul do Espírito Santo. Ressalta-se, também, que a população escrava da região sul apresentou o maior crescimento ocorrido na província, pois os fazendeiros que migraram para essa região trouxeram consigo seus escravos.

Assentada em bases escravistas de produção, na ausência de recursos técnicos e em formas predatórias no cultivo do café, a estrutura produtiva da região sul dinamizou sua economia e imprimiu transformações na base espacial e demográfica da Província. O que não impediu que, aproximadamente cinco décadas após a emergência da cultura cafeeira nessa região, apenas 15,4% das terras estaduais fossem apropriadas privadamente (ROCHA; COSSETTI, 1983), uma expressão do lento ritmo de desenvolvimento do Espírito Santo.

1.2 A região central: o papel do imigrante estrangeiro

Na segunda metade do século XIX, a região central do Espírito Santo, da mesma forma que as outras regiões produtivas da Província, não se constituía em uma grande área produtora de cana-de-açúcar. A formação socioespacial dessa região traduzia-se na existência de alguns poucos engenhos, grandes propriedades e utilização da mão-de-obra escrava. Quando houve a substituição da cultura açucareira pela cafeeira, por volta da década de 1850 nessa região, inversamente ao processo ocorrido na região sul, não se constituíram grandes propriedades, mas houve “um processo de subdivisão das fortunas e, conseqüentemente, uma tendência à desconcentração da propriedade da terra” (FERREIRA, 1987, p. 10).

Enquanto na região sul o principal segmento social responsável pela expansão da cafeicultura manifesta-se na figura do grande fazendeiro, proprietário de escravos e capitalizado, na região central foi o imigrante europeu quem desempenhou essa função. Descapitalizado e contando apenas com o trabalho proporcionado pela família, difundiu a pequena propriedade de forma preponderante nessa região.

Polarizada comercialmente por Vitória, a capital da província, a região central encontrou na chegada do imigrante perspectivas para ampliar a sua ocupação e dinamizar as atividades econômicas. Em princípio, foi fundada a colônia oficial de Santo Agostinho em 1813, por 50 casais açorianos, e posteriormente Santa Isabel em 1847, por 163 imigrantes alemães e Santa Leopoldina em 1856, por 140 imigrantes suíços (ROCHA; COSSETTI, 1983). Com a introdução do imigrante europeu em sucessivas levas, o trabalho familiar (mão-de-obra livre) e a pequena propriedade começam a se generalizar em detrimento da grande propriedade e da produção assentada em bases escravistas, até então desenvolvidas de forma predominante.

É importante ressaltar que a política de imigração no Espírito Santo assumiu caráter distinto da experiência ocorrida em São Paulo. Por se tratar de uma província que em pleno final do século XIX apresentava ocupação territorial incipiente e reduzido número de habitantes, em princípio, o imigrante não veio substituir o trabalho compulsório como em São Paulo, mas povoar o então desabitado território. Dessa forma, foram criados núcleos oficiais de imigração subvencionados pelo Estado, localizados principalmente na região central, onde os imigrantes tiveram acesso à propriedade da terra.

Os imigrantes que formaram as colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina chegaram ao Espírito Santo pela cidade de Vitória e, de canoa, navegaram pelo rio Santa Maria da Vitória até onde terminava o trecho navegável. Daí foram distribuídos pelos lotes de terra, cuja demarcação acompanhou o fundo dos vales, “de modo a se apresentarem com testada para o curso d’água e com fundos para as cumeeiras dos interflúvios” (PETRONE, 1962, p. 27). Dessa forma, a ocupação das colônias efetivou-se então, ao longo dos fundos dos vales e a margem do curso d’água.

Considerando o relevo bastante acidentado apresentado pela região e a forma como os lotes foram demarcados, naturalmente em um mesmo lote havia grande variação da altitude. A acentuada declividade dos lotes interferiu no desenvolvimento da agricultura, realizada sem a utilização de recursos técnicos contribuindo para intensificar a degradação dos solos.

Como tratavam-se de núcleos oficiais de imigração, subvencionados pelo Estado, os imigrantes não receberam apenas os pequenos lotes de terra, cuja dimensão variava entre 25 a 50 hectares, mas também ferramentas, sementes e, durante seis meses, gêneros alimentícios. Após quatro anos de carência, os imigrantes começavam a pagar em parcelas, as despesas empreendidas com a imigração, incluindo o transporte da Europa para o Brasil.

Apesar de terem tido acesso à propriedade da terra, os imigrantes enfrentaram dificuldades para se estabelecerem como agricultores familiares nos núcleos coloniais. Estes consistiam em áreas cobertas pela vegetação primitiva, distantes dos núcleos urbanos e sem nenhuma infra-estrutura para receber o imigrante, a não ser um barracão coletivo, no qual se alojavam enquanto esperavam a entrega dos lotes. A responsabilidade pela construção da habitação, o desmatamento e o desenvolvimento da agricultura eram atribuições exclusivas dos imigrantes.

Como reação ao descaso do governo do Espírito Santo perante a situação dos imigrantes nos núcleos coloniais, o governo italiano proibiu a imigração para a Província através do decreto de 20 de julho de 1895 (ROCHA; COSSETTI, 1983). No entanto essa medida não cessou a imigração italiana e novas frentes de imigrantes chegaram ao Espírito Santo.

Por sua vez, considerando as já descritas características predominantes no processo de formação espacial da região central, constituiu-se então uma estrutura produtiva baseada na pequena propriedade, no trabalho familiar e na ausência de recursos técnicos nos cultivos. A produção agrícola destinava-se à subsistência e desenvolvia-se também o cultivo do café, representando quase que o único produto com valor comercial e voltado para o mercado externo. Tratava-se de uma formação espacial bastante distinta da região sul, no que se refere às relações de trabalho e à estrutura de propriedade da terra.

Devido às características da estrutura produtiva constituída nessa região, o potencial de produção de cada propriedade estava relacionado com a capacidade de trabalho proporcionada pelos membros da família. Conseqüentemente, a produção de café por unidade produtiva só poderia ser reduzida. Tais características nos levam a admitir que o lucro auferido pela produção de café por unidade produtiva, não permitiu a acumulação de excedentes, a não ser o suficiente para garantir a reprodução simples da unidade produtiva. Nesse sentido, a acumulação de capital não se realizava na esfera da produção, mas da circulação, de forma que emergiu uma estrutura comercial adequada à estrutura produtiva familiar, descrita como

uma rede de pequenas casas de comércio que comprava o café diretamente dos produtores, em geral em troca de crédito que lhes era concedido para a aquisição de mercadorias essenciais à sua sobrevivência. Esses pequenos armazéns vendiam, por sua vez, o café a casas maiores que lhes forneciam os produtos que comercializavam com os produtores agrícolas, e essas repassavam, por fim, para as grandes casas comerciais que se foram instalando em Vitória, responsáveis pela exportação do café e a importação dos produtos necessários à reprodução daquela economia. (FERREIRA, 1987, p. 27).

Verifica-se que a subordinação da produção ao comércio ocorrida no Espírito Santo foi mais intensa que em São Paulo (CAMPOS JR., 1996). Adiciona-se a esse quadro, em conformidade com a estrutura comercial descrita, que os principais atores que a constituíam estavam personificados na pessoa do “colono¹, vendeiro ou pequeno comerciante local, negociante ambulante, comerciante médio ou de segunda classe e as grandes casas comerciais exportadoras ou importadoras” (ROCHA; COSSETTI, 1983, p. 73). As crises nos preços do café atingiam, de forma diferenciada, o colono e os comerciantes. Para o primeiro representava uma retração no seu poder de compra, mas não comprometia sua reprodução como agricultor familiar. Para os comerciantes, principalmente os de procedência local, representavam uma redução nos lucros, podendo os levar à falência. (ROCHA; COSSETTI, 1983).

A produção cafeeira capixaba era exportada pelo porto do Rio de Janeiro, e como a acumulação se realiza na esfera da circulação, conseqüentemente aquela província monopolizava parcela expressiva do capital comercial advindo da produção cafeeira do Espírito Santo. Mas, a partir da década de 1880, o café da região central começou a ser exportado pelo porto de Vitória, de forma que essa cidade passou a representar a sede do capital comercial, iniciando a ligação entre as regiões produtoras e o mercado externo. Até a época mencionada, toda a produção de café capixaba ainda era exportada pelo Rio de Janeiro (SALETTI, 1996a).

Acerca da imigração, o irrisório número de imigrantes instalados nas colônias, logo nos primeiros anos após à fundação, não imprimiu transformações que alterassem a base produtiva da região central. A partir de 1872, a base demográfica dessa região experimenta um incremento populacional conferido pela abertura de novas frentes de imigração européia, compostas

¹ O termo colono é empregado no sentido de designar o imigrante que se dirigiu para os núcleos de colonização.

principalmente por italianos. As colônias iniciais desdobraram-se em novos núcleos de colonização que se estenderam até as terras localizadas ao sul do vale do rio Doce.

Para exemplificar as transformações na base demográfica, na colônia de Santa Leopoldina², a população elevou-se de 5.000 habitantes em 1874 para 11.000 em 1884 (BUFFON, 1992). Esse incremento populacional apresenta-se muito significativo, quando se considera que já em 1890 a população do Espírito Santo restringia-se a apenas 135.997 habitantes (SALETTI, 1996b).

Conseqüentemente, com esse quadro demográfico a ocupação do território capixaba, no período em questão, ainda apresentava-se bastante incipiente. A política oficial imigração constituía-se em uma alternativa para o governo do Espírito Santo incrementar o quadro demográfico e promover a ocupação do território da Província. A introdução do imigrante cumpriu esse papel e também promoveu o dinamismo econômico da estagnada região central, compatível com os padrões econômicos da época, através do aumento da produção de café. Em 1884, esta região passou a ser responsável por 40% de toda a produção de café da Província e a próspera colônia de Santa Leopoldina por 40% da produção da região central (ROCHA; COSSETTI, 1983).

1.3 A região norte: a zona pioneira

A região norte é formada pelas terras localizadas no vale (margem sul e norte) e ao norte do rio Doce. Mesmo que nessa região, desde o período colonial, tenha se constituído uma região produtiva, sua ocupação só começou a se efetivar no final da década de 1920, após a construção da ponte sobre o rio Doce no município de Colatina, no contexto da abertura da zona pioneira.

A origem do povoamento do norte capixaba remonta à fundação de São Mateus no século XVI, resultante de uma expedição ao rio Cricaré (atualmente rio São Mateus), cujo objetivo consistia em proteger a zona costeira (BUFFON, 1992). Inicialmente, essa região encontrava-se polarizada comercialmente por São Mateus e dedicava-se sobretudo ao cultivo de mandioca, enquanto a produção de café ocupava uma posição secundária. Essa característica a diferenciava das outras regiões produtivas do Espírito Santo e representava apenas uma das especificidades inerentes ao seu processo de formação socioespacial.

Segundo Almada (1981), no período compreendido entre os anos de 1852 e 1873, quando ocorria a expansão da cafeicultura nas regiões central e sul, o norte experimentou um declínio expressivo na produção de café. Ainda, a mesma autora afirma que entre 1856 e 1872 o crescimento da população escrava da região norte praticamente prevaleceu inalterado, enquanto nas outras regiões, principalmente a sul, o crescimento foi expressivo. Naquela época, essas características servem como parâmetro para demonstrar o incipiente ritmo de desenvolvimento processado no norte, quando relacionado com as demais regiões produtivas do Espírito Santo. O isolamento geográfico e a inexistência de um sistema de transportes que viabilizasse o escoamento da produção, traduziram-se em fatores determinantes para o ritmo de desenvolvimento alcançado pela região norte, naquele momento.

Última fração do território capixaba a ser ocupada, a região norte, até o início do século XX, encontrava-se quase totalmente desabitada. O rio Doce colocava-se como um limite natural entre o norte e sul, separando geograficamente as duas regiões e, durante muitos anos,

² A partir de 1872, os imigrantes que se dirigiram para a colônia de Santa Leopoldina eram originários da Itália. Dessa forma, passou a predominar nessa colônia, imigrantes italianos.

representou um entrave à ocupação das terras localizadas ao norte de suas margens. Naquela época, inicia-se lentamente a criação da zona pioneira nessa região.

Em decorrência da efetivação da ocupação do norte capixaba só se concretizar a partir do século XX, essa região praticamente não se beneficiou da política de colonização européia ocorrida na segunda metade do século XIX. Os primeiros imigrantes estrangeiros foram introduzidos apenas a partir de 1888, em número bastante reduzido e os poucos núcleos criados não prosperaram economicamente.

A partir da época mencionada foram instaladas aproximadamente 600 famílias de imigrantes italianos na localidade de São Mateus, na qual criaram-se alguns núcleos de colonização. Alguns desses núcleos, como o de Santa Leocádia, encontravam-se localizados em áreas infectadas pela malária, com solos apresentando baixos níveis de fertilidade e muito distantes da sede de São Mateus (EGLER, 1951). Devido a essas condições, segundo o mesmo autor, nessas colônias a miséria era total, vindo a constituir-se em um dos fatores que culminou na proibição da imigração para o Espírito Santo.

Os outros núcleos criados nessa região, com melhor localização como o de Nova Venécia, conseguiram prosperar e até uma pequena estrada de ferro ligando esse núcleo a São Mateus foi construída em 1924. No entanto, o governo estadual determinou, em 1940, a extinção de todas as estradas de ferro de bitola estreita, de forma que a Nova Venécia - São Mateus foi transformada em uma rodovia (EGLER, 1951).

Por sua vez, São Mateus e Conceição da Barra, fundadas ainda durante o período colonial e Linhares e Colatina³ no século XIX, correspondiam aos principais núcleos urbanos existentes no norte capixaba no início do século XX. Além do reduzido número de habitantes, a produção originária dos estabelecimentos rurais era irrisória, representando em 1920 apenas 9% do café produzido no estado, segundo o Recenseamento Geral do Brasil, dando mostras de que sua base espacial apresentava-se muito pouco modificada.

Na transição do século XIX para o XX, Colatina começou a receber um contingente de imigrantes originários da região central. O excelente desempenho econômico promovido pelos imigrantes nesse núcleo urbano, o elevaram à categoria de município no início do século XX. Segundo Buffon (1992), além de Colatina ter se constituído em um ponto de apoio para a zona pioneira que se abria ao norte do rio Doce, foi beneficiada pela construção da estrada de ferro Vitória – Minas, cujos trilhos chegaram até o município em 1906, possibilitando sua ligação com Vitória.

Ainda, o crescimento da produção de café no âmbito estadual associado aos elevados preços alcançados pelo produto no mercado internacional, na década de 1920, ampliaram as receitas do Estado permitindo o investimento em obras públicas. A construção da ponte sobre o rio Doce em Colatina, no ano de 1928, ligando o norte ao sul capixaba, é uma delas. Essa obra de um lado contribuiu para aumentar a ocupação e promover o desenvolvimento do norte capixaba e de outro possibilitou o escoamento da produção, também facilitado pela Estrada de Ferro Vitória – Minas. Em decorrência da localização estratégica de Colatina e do seu sistema de transporte bem desenvolvido para a época, o município começou a polarizar comercialmente a região norte.

A chegada dos trilhos da estrada de ferro em Colatina, atraiu a instalação de serrarias nas suas proximidades, que encontrou nessa região grande disponibilidade de madeira utilizada como dormentes na construção da ferrovia. Mesmo com todos os avanços na área dos transportes, a velocidade em que se processava a ocupação da fronteira, bem como a exploração madeireira continuaram ocorrendo lentamente, intensificando-se somente a partir da metade da década de

³ Dentre estes núcleos urbanos, Colatina era o único localizado às margens sul do rio Doce.

1950. A forma como se organizou a expansão da zona pioneira, assumiu um caráter bastante precário, sobretudo quando comparado com as regiões de fronteira dos outros estados do Sudeste, muito mais dinâmicas (BECKER, 1973b).

Dentre os principais movimentos migratórios verificados no povoamento do território capixaba, identificamos processos diferenciados para cada região produtiva. Na região sul o grupo étnico predominante estava representado pelos imigrantes originários de Minas Gerais e Rio de Janeiro e na região Central pelos europeus, ou seja, eram movimentos migratórios cujas origens da população eram de outras unidades da federação e de outros países. No entanto, na região norte o movimento tinha suas origens no próprio estado, pois os imigrantes que formaram essa região eram provenientes do sul e do centro do Espírito Santo, conferindo ao norte uma formação étnica mais diversificada.

O principal fluxo migratório que se dirigiu para zona pioneira, era proveniente das regiões sul e central do estado. Esses migrantes transpuseram o rio Doce em Colatina e adentraram o norte capixaba. Outros fluxos, de intensidade menor, procedentes do leste de Minas Gerais, do sul da Bahia e do rio São Mateus, também povoaram a região norte.

Sobre o fluxo de migrantes do sul e do centro do Espírito Santo em direção à zona pioneira ao norte do rio Doce, a explicação para a origem desse movimento reside, segundo Valadão (1999), no desgaste natural dos solos dessas regiões, em decorrência da ausência de recursos técnicos no cultivo do café, e também no tamanho insuficiente das propriedades para comportar o crescimento familiar e, assim, alguns membros da família, principalmente os filhos mais jovens, encontram na migração para outras regiões uma forma de conquistarem novas terras e continuarem assegurando a sua reprodução socioeconômica como agricultores familiares. A mobilidade espacial do agricultor é um traço que revela o desenraizamento territorial desses indivíduos, como resultado da realidade socioeconômica na qual estão inseridos.

Na zona pioneira capixaba ao norte do rio Doce, reproduziu-se a mesma forma de organização da produção constituída nas regiões central e sul. O trabalho familiar, a pequena propriedade sem a utilização de recursos técnicos e a cultura do café representam a estrutura produtiva predominantemente estabelecida na ocupação da região norte. Apesar do reduzido potencial de acumulação capitalista auferido por essa forma de produzir, sua reprodução difundiu-se de forma predominante por aproximadamente durante um século, vindo dar mostras de falência somente no contexto do fechamento da zona pioneira espírito-santense, na segunda metade do século XX.

Sucessivas crises, desde o final do século XIX, afetavam as exportações de café. O desempenho econômico da cafeicultura alternava períodos de prosperidade com outros de dificuldade, decorrentes das oscilações nos preços internacionais do café. Mesmo que essa cultura representasse quase que o único produto comercial, mais uma vez, a crise ocorrida nos preços em 1929 não desestabilizou a estrutura produtiva capixaba assentada em bases familiares de produção e também reproduzida na zona pioneira ao norte. Pois esses agricultores, num contexto de crise, podiam renunciar aos produtos comprados sem comprometer a sua reprodução socioeconômica (BUFFON, 1992).

Superada a crise da cafeicultura iniciada em 1929, os preços do produto voltam a crescer a partir do final da década de 1940. A melhora nos preços estimulou o plantio de novas áreas, de forma que o número de cafeeiros plantados alcançou um crescimento de 73%, entre os anos 1940 e 1960 (ROCHA; MORANDI, 1991). No entanto, a partir de 1955 inicia-se uma nova crise nos preços do café, cujos resultados expressam-se através de transformações espaciais ainda não experimentadas pela agricultura capixaba, no contexto das outras crises ocorridas, como, por

exemplo, a diversificação de algumas atividades produtivas. A partir desse período a exploração madeireira e a pecuária passam a apresentar elevadas taxas de crescimento.

Por sua vez, a fronteira é⁴ ao mesmo tempo o lugar de encontros e desencontros, ou seja, encontros de diferentes atores sociais, cujas distintas temporalidades históricas em que estão situados culminam em desencontros (MARTINS, 1997). Na fronteira do norte do Espírito Santo, os desencontros personificam-se na figura do madeireiro e do agricultor familiar produtor de café. Enquanto a natureza econômica da exploração madeireira “repousando em bases capitalistas de produção está apta a contornar muitas dificuldades, abrindo estradas, mantendo caminhos próprios para o transporte de toras e adquirindo a baixo preço grandes áreas de matas” (EGLER, 1951, p. 80), a produção de café desenvolve-se sobretudo baseada no trabalho familiar e sem recursos técnicos. Nesse sentido, o caráter capitalista da exploração madeireira conferiu a essa atividade uma dinâmica produtiva marcada por um ritmo acelerado em contraste com a lenta velocidade da produção familiar.

A partir da década de 1950 acelera-se o crescimento da exploração madeireira, estimulado de um lado pelo aumento do consumo de madeira pela construção civil e setor moveleiro, decorrente do processo de urbanização em curso no país, e do outro, pela política de erradicação do café. Nesse momento, a exploração madeireira emergia como uma das alternativas econômicas à crise (ROCHA; MORANDI, 1991).

Legislações, para disciplinar o desenvolvimento da exploração madeireira, foram criadas pelo governo estadual durante o século XX, por si só, não se constituíram em um instrumento eficaz no controle do desmatamento indiscriminado, pois já era previsto “que a ausência de uma política de proteção, por parte do Poder Público, fatalmente redund[aria] na destruição do revestimento florístico original” (CAPES, 1959, p. 56). A previsão se concretizou, uma vez que a ineficiente fiscalização não impediu que a Mata Atlântica, sobretudo a localizada no norte capixaba, sofresse um dos processos mais rápidos de desmatamento ocorrido no país. Isso se explica pelo fato da intensificação do processo de ocupação da região norte coincidir com o ciclo madeireiro, e como a maior parte dessa região ainda era coberta pela vegetação primitiva, diferentemente das outras regiões produtivas, o desmatamento atingiu uma área maior e ocorreu de forma rápida. Ressalta-se que a Mata Atlântica situada no norte do Espírito Santo, segundo os relatos dos viajantes, impressionava pela sua exuberância, sendo considerada uma das mais imponentes formações vegetais ocorridas no país.

Além da exploração madeireira, a pecuária também cresceu de forma extraordinária a partir dos anos 1950. A área ocupada por essa cultura apresentou elevados índices de crescimento, sobretudo no norte do estado, onde se encontrava zona pioneira. Nesse sentido, entre 1950 e 1975, segundo os Censos Agropecuários, a taxa de crescimento para o estado foi da ordem de 265% e para o norte de 681%. Diversos fatores contribuem para explicar esse elevado crescimento, tais como: a) a erradicação do café, pois a maior parte das terras liberadas pelos cafeeiros foi ocupada pela pecuária; b) o aumento da demanda carne pelo Espírito Santo e estados vizinhos decorrente do processo de urbanização; c) o desgaste dos solos devido ao emprego de técnicas inadequadas, tornou algumas áreas impróprias ao cultivo do café, sendo portanto, ocupadas pela pecuária, e d) o rompimento do ciclo tradicional empregado na agricultura capixaba.

É importante ressaltar, também, o rompimento do tradicional ciclo produtivo da agricultura capixaba “mata-café-pastagem” e a substituição por um ciclo mais curto, o de “mata-

⁴ Guardada as devidas especificidades de cada ciência, o que conceitualmente os geógrafos consideram como zona pioneira é o que os sociólogos consideram como fronteira.

pastagem”. O ciclo tradicional consistia nas seguintes fases: primeiro ocorria o desmatamento, depois se plantava o café e, quando os solos estivessem desgastados ou os cafeeiros velhos, formavam-se as pastagens. Já no ciclo curto, após o desmatamento, os solos eram ocupados de imediato por pastagens.

Uma das principais conseqüências do rompimento do ciclo tradicional, manifesta-se na constituição de uma estrutura fundiária um pouco mais concentrada nessa região, em relação ao restante do estado. Entre 1960 e 1975, houve acentuada concentração da terra, uma vez que o índice de Gini elevou-se de 0,520 para 0,636 e o norte passou a figurar pela primeira vez como a região capixaba cuja estrutura fundiária encontrava-se mais concentrada. Isso representa, sobretudo, quando se considera a estrutura fundiária capixaba, um elevado índice de concentração e todas as conseqüências socioeconômicas daí advindas.

Na ocupação da zona pioneira ao norte do Espírito Santo, cujo resultado culminou na conformação de uma estrutura fundiária mais concentrada, o trabalho familiar foi a relação de produção predominantemente estabelecida nessa região. Ao mesmo tempo em que a estrutura fundiária concentrou-se, a utilização do trabalho familiar elevou-se de 56,49% para 67,55 % entre 1960 e 1970. Esse índice torna-se mais expressivo quando somado à parceria, já que esta relação de produção também funda-se no trabalho familiar. Dessa forma podemos admitir que em 1970, 85% do trabalho empregado na agricultura era organizado em torno dos membros da família.

Devido a elevada disponibilidade de terras devolutas no norte capixaba e ainda ocupadas pela vegetação primitiva, o preço da terra era reduzido, possibilitando aos agricultores familiares o acesso à propriedade privada da terra. Isso fica evidente quando se considera que menos de uma safra de café era suficiente para o “colono” cobrir as despesas contraídas com a compra da terra (EGLER, 1951).

É bem verdade que a ocupação da região norte só veio a iniciar-se efetivamente na primeira metade do século XX, enquanto as regiões sul e central experimentaram esse processo ainda em meados do século XIX. No entanto, a ocupação iniciada tardiamente ocorreu de forma mais rápida e intensa que nas outras regiões do estado. Em aproximadamente cinqüenta anos, ou seja, entre 1920 e 1970, encerrou-se a zona pioneira ao norte do Espírito Santo, quando nas outras regiões do estado esse processo alongou-se por quase um século.

Compreendido o processo geral da formação socioespacial capixaba, enfatizando a constituição de uma estrutura produtiva fundamentalmente assentada em bases familiares de produção, podemos admitir que o Espírito Santo assumiu um caráter bastante distinto dos estados integrantes da região Sudeste. Segundo Becker (1973), incapacitado de acompanhar o crescimento econômico do Sudeste tornou-se uma “periferia intermetropolitana” e que ainda nesse contexto, o norte capixaba deixou de ser a zona pioneira e passou a desempenhar o papel de região periférica deprimida do estado.

2 A Transição para o trabalho livre e constituição da pequena propriedade rural no Espírito Santo

Enquanto o latifúndio se firmava como um dos sustentáculos da estrutura produtiva brasileira, ocupando na divisão internacional do trabalho, a condição de produtor de produtos primários para o mercado externo, inversamente no Espírito Santo, ocorria a constituição da pequena propriedade e a fragmentação do latifúndio. Nesse sentido, serão analisados os principais fatores que contribuíram para que a formação socioespacial do Espírito Santo configurasse tal forma de organização no processo de ocupação territorial.

A constituição da pequena propriedade no Espírito Santo está amplamente relacionada com dois acontecimentos históricos: a abolição da escravidão e a chegada do imigrante europeu. O fim da escravidão contribuiu para promover a desconcentração da terra no sul do Estado. A maioria das fazendas ali existentes, desapareceram ou fragmentaram-se em pequenas propriedades em razão da carência de mão-de-obra.

Devido a elevada disponibilidade de escravos existentes nas grandes propriedades do Espírito Santo, os fazendeiros vieram a preocupar-se com o problema da carência de mão-de-obra “somente a partir de 1886, quando não havia mais dúvidas sobre o término da escravatura” (BUFFON, 1992, p. 89). Soma-se a isso o isolamento da Província, contribuindo de um lado para que os fazendeiros se mantivessem alheios ao processo abolicionista em curso no país, e de outro para que não tivessem força política junto ao governo da província para interferirem no modelo de imigração adotado no Espírito Santo.

Perante tal realidade, a política oficial de imigração capixaba demonstrava não estar relacionada com os interesses dos grandes proprietários escravistas do sul da província. E como a preocupação com a substituição do trabalho compulsório pela mão-de-obra livre somente veio a ser manifestada por esses proprietários às vésperas da abolição, durante a colheita do café muitos fazendeiros foram pegos de surpresa com o fim da escravidão e o abandono das fazendas pelos escravos. Por não estarem preparados para a mudança nas relações de trabalho, muitos proprietários perderam aquela safra de café, desorganizando a produção naquele momento (SALETTTO, 1996a).

A abolição da escravidão e o perfil político e econômico dos fazendeiros representam um dos principais fatores que contribuíram para promover uma nova configuração espacial no sul da Província, uma vez que houve desconcentração fundiária decorrente do processo de fragmentação de parte considerável das grandes propriedades escravistas e produtoras de café. Muitas dessas fazendas foram vendidas aos próprios imigrantes europeus. Para exemplificar

a colônia de Venda Nova, ainda na região de Castelo, surgiu da partilha, por colonos italianos, de várias fazendas abandonadas após a Abolição. Burarama, situada acima de Cachoeiro de Itapemirim, foi também estabelecida por colonos italianos, nas terras da Fazenda Floresta, já na década de 1910 (SALETTTO, 1996a, p. 105).

No período que antecede a abolição da escravidão, foram fundados pelo governo da Província do Espírito Santo vários núcleos oficiais de colonização, constituídos em sua maioria por imigrantes italianos e localizados principalmente na região central. Nos núcleos oficiais os imigrantes tiveram acesso à propriedade da terra, na qual trabalhavam com os membros da família e, portanto, não substituíram o trabalho compulsório, contrariando, por exemplo do modelo de imigração adotado nas fazendas cafeicultoras de São Paulo, onde foi estabelecido o sistema do colonato. Assim, nos núcleos coloniais, para “cada família de imigrantes chegada no Espírito Santo [...] o governo cedia uma parcela de terra equivalente, em média, a 25 hectares para que o imigrante dela tirasse o seu sustento e da família e procedesse ao povoamento das áreas incultas do Estado” (CAMPOS JR., 1996, p. 97).

Em princípio, os fazendeiros capixabas não se opuseram à política de imigração praticada na Província, pois a elevada disponibilidade de terras incultas existentes permitia que o acesso a esse bem pelo imigrante não comprometesse a reprodução do latifúndio.

Pode-se admitir que o modelo de imigração adotado no Espírito Santo serviu como propaganda de maneira a mostrar que o país estava comprometido com a viabilização do acesso à terra para imigrante e assim atraí-los para outros estados do Brasil (CAMPOS JR., 1996). A

política de imigração desenvolvida pelos capixabas proporcionava ao imigrante europeu o acesso à pequena propriedade, diferentemente do que ocorreu na maior parte do país.

Como expressão das peculiaridades da imigração européia para o Espírito Santo, com a abolição da escravidão o problema da carência de mão-de-obra emerge nas fazendas escravistas. Começa, então, em busca de alternativas para solucionar o problema decorrente da demanda de trabalho, a procura dos imigrantes por parte dos fazendeiros. Estes recorreram tanto ao governo imperial quanto ao provincial, no intuito de requerer a entrada de novos imigrantes ou os já chegados ao Espírito Santo, para trabalharem nas fazendas.

Intensifica-se o processo de imigração européia para o Espírito Santo, uma vez que os elevados preços alcançados pelo café no período compreendido entre 1886 a 1896 ampliaram a receita estadual, permitindo o financiamento da entrada de novos imigrantes. Mas, a partir desse período, a imigração assume novas características, pois a maioria dos imigrantes não só deixou de se estabelecer nos núcleos oficiais existentes e passou a trabalhar nas fazendas como parceiros, mas também dirigiu-se para a região sul, em oposição à região central.

Saletto (1996a) afirma que o presidente do Espírito Santo, Moniz Freire (1892-1896), elaborou um ousado programa de governo, em que a questão do povoamento ocupava um dos pontos centrais. Dessa forma, através da Lei n.º 4 de 1892, foram regulamentados contratos e estabelecidos critérios para a introdução dos imigrantes. Embora não se tenha alcançado o número de imigrantes previstos e nem assegurados a estes todas as condições de instalação garantidas pelos contratos de imigração, o número de imigrantes que se instalou no Estado, nesse período, aumentou substancialmente. Enquanto no período compreendido entre 1847 a 1887, ou seja, durante meio século, entraram apenas 15.203 imigrantes no Estado e após a abolição, no curto período entre 1888 e 1892, entraram 27.906 imigrantes (SALETTTO, 1996b).

Entre 1892 e 1895, o Espírito Santo recebeu 13.244 imigrantes, sendo que deste contingente, quase 7.000 dirigiram-se para a região sul do Estado, ou seja, pouco mais de 50% (SALETTTO, 1996a). E como nesta região, após a abolição, ““não foi fundado nenhum núcleo oficial”, presume-se “que eles foram para as fazendas na condição de parceiros”” (ROCHA; COSSETE, 1983, apud BUFFON, 1992, p. 104). Quando se considera o Estado como um todo, a partir de 1888 aproximadamente 65% dos imigrantes fixaram-se fora dos núcleos coloniais (BUFFON, 1992).

Porém os parceiros das fazendas capixabas conquistaram condições de trabalho bastante favoráveis em relação aos seus congêneres dispersos pelo país, pois só dividiam a produção de café e não eram obrigados a trabalhar gratuitamente para o fazendeiro. Devido à abundância de terras no estado e a necessidade de mão-de-obra dos fazendeiros, o imigrante só se sujeitava trabalhar como parceiro se fossem oferecidas condições que lhe permitisse tornar-se proprietário posteriormente, pois “só aceitaria trabalhar para o fazendeiro se ele lhe oferecesse uma situação mais vantajosa do que os núcleos coloniais ou os loteamentos particulares. Mais vantajosa no sentido da realização do seu projeto: tornar-se proprietário” (SALETTTO, 1996a, p 130).

Para o imigrante a parceria representava uma condição transitória para a conquista da terra. Assim que acumulasse recursos suficientes para tornar-se proprietário, abandonaria a fazenda. Nesse sentido, os fazendeiros que conseguiram contornar a crise da mão-de-obra através da introdução do imigrante como parceiro nas fazendas não encontraram nessa relação de trabalho uma alternativa que lhes proporcionassem segurança acerca da solução da carência de mão-de-obra. Nessas condições, a parceria convertia-se em uma alternativa desfavorável para o fazendeiro capixaba, fragilizando a reprodução da grande propriedade.

Além do problema da mão-de-obra, que culminou na falência de muitas das fazendas escravistas do sul espírito-santense, os grandes proprietários que conseguiram contornar o

problema da mão-de-obra, enfrentaram a crise nos preços do café a partir de 1896, prolongada até 1910⁵. Iniciada menos de uma década após a abolição e somado a todas as dificuldades daí advindas para os grandes proprietários, poucas fazendas permaneceram. Assim, o sul capixaba experimentou uma transformação na sua base espacial, no que tange à estrutura fundiária. Houve a fragmentação do latifúndio em pequenas propriedades, ou seja, ocorreu um processo de desconcentração fundiária.

Naquele período, a reprodução da pequena propriedade, fundada no trabalho familiar, não era ameaçada pela crise nos preços do café. O desenvolvimento dessa cultura sempre foi acompanhado pela policultura, expressa nos cultivos de feijão, arroz, milho, legumes, frutas, etc. Dessa forma, como produziam quase todos os bens necessários à sobrevivência, e compravam apenas as poucas mercadorias que não eram possíveis de serem produzidas, não dependiam exclusivamente da produção do café. As oscilações na renda desses agricultores representavam apenas uma variação no seu poder de compra, ora comprimido, ora ampliado.

Promovidas por intermédio da abolição da escravidão e da imigração europeia, as transformações nas relações de trabalho e na estrutura fundiária do Espírito Santo, expressam o começo da constituição de uma nova estrutura produtiva na agricultura capixaba. Nessa nova forma de produzir, as principais características definem-se pela pequena propriedade, utilização da mão-de-obra familiar e ausência de recursos técnicos nos cultivos. Cada propriedade consistia em uma unidade produtiva familiar autônoma e produtora de quase todos os bens necessários à subsistência. Mesmo nas poucas fazendas que conseguiram resistir à crise na mão-de-obra e nos preços do café, a produção desenvolvia-se em bases familiares, através adoção do sistema da parceria como relação de trabalho. A mão-de-obra familiar foi a principal relação de trabalho estabelecida no processo de ocupação territorial capixaba.

Numa perspectiva mais geral, além de ter promovido alterações na forma de propriedade da terra e nas relações de trabalho, a imigração também contribuiu para promover o povoamento e a ocupação do território espírito-santense. O imigrante europeu, através do desenvolvimento da cultura do café, incrementou, inicialmente o processo de ocupação da região central e posteriormente o sul e no norte do Espírito Santo.

É preciso acrescentar que com a aprovação da Lei de Terras em 1850, o acesso à terra passou a ser possível apenas através da compra. Dessa forma, esta lei impedia que o imigrante europeu e o escravo liberto pudessem ter acesso a propriedade privada da terra. Segundo Martins (1990), os ocupantes de terras e os sesmeiros legitimaram suas posses até 1854, através do registro paroquial, mas este registro não impediu que fosse forjada uma onda de falsificações de títulos através da prática de suborno aos cartórios. No entanto,

tais procedimentos, porém, eram geralmente inacessíveis ao antigo escravo e ao imigrante, seja por ignorância das praxes escusas seja por falta de recursos financeiros para cobrir despesas judiciais e subornar autoridades (essas despesas eram provavelmente ínfimas em relação à extensão e ao valor potencial das terras griladas, mas eram também desproporcionais aos ganhos do trabalhador sem recursos (MARTINS, 1990, p. 29).

No Espírito Santo, o imigrante não foi impedido de ter acesso à propriedade da terra, pois antes mesmo da abolição da escravidão foram fundadas colônias oficiais de imigrantes europeus, subvencionadas pelo estado. Cada família de imigrantes recebeu um pequeno lote de terra para cultivar. Já o ex-escravo e seus descendentes não tiveram a mesma sorte, uma vez que para este

⁵ A partir dessa crise, o programa imigratório para o Espírito Santo foi interrompido.

segmento social capixaba o acesso à terra foi dificultado ou mesmo negado pelo Estado (ALMADA, 1993).

Mesmo que a Lei de Terras tenha sido aprovada em 1850, o processo de legalização das terras capixabas só começou a efetivar-se no final do século XIX, com o advento da República. A partir da época mencionada, os Estados passaram a ter autonomia para legislar sob seus territórios e então o Espírito Santo criou instrumentos legais para regularizar a propriedade da terra, pois até então, estas eram transferidas de uma pessoa para outra, por instrumentos não oficiais, como a herança ou recibos particulares, em detrimento dos mecanismos de legalização previstos na Lei de Terras (ALMADA, 1993). No entanto, o processo de legalização das terras no estado, de caráter “extremamente liberal, não podia deixar de ter como resultado não apenas desmandos, mas ainda todo o tipo de abusos cometidos pelos que estavam envolvidos na sua aplicação” (ALMADA, 1993, p. 74). A corrupção permeou a legalização das terras pelo serviço de terras estadual, de forma que medidas rígidas foram tomadas no sentido de coibir algumas práticas indevidas de alguns funcionários do estado.

Por sua vez, é inegável a contribuição da política de terras do governo estadual para a constituição da pequena propriedade no Espírito Santo. No entanto, sobretudo nas áreas de colonização, o acesso à propriedade da terra manifesta-se de forma diferenciada entre a população estrangeira e a nacional. A primeira obteve mais condições de acesso a terra em detrimento da segunda. Esse quadro fica evidente ao considerarmos que em 1920 “enquanto um em cada 4,4 estrangeiros era proprietário rural, entre os brasileiros essa relação era 1/27” (SALETTTO, 1996b, p. 209), apesar destes possuírem 80% dos estabelecimentos rurais do Estado, segundo a mesma autora.

A elevada disponibilidade de terras devolutas ainda no início do século XX levou os governadores do Espírito Santo a adotarem inúmeras medidas facilitando a aquisição de pequenas propriedades à população nacional. Assim, visando estimular o desenvolvimento econômico e o povoamento do território, algumas medidas foram adotadas, como a redução dos preços da terra, simplificação dos processos de compra, regularização das posses de famílias fixadas no estado há um determinado número de anos, com área máxima de 60 ha, desde que localizadas em regiões com grande disponibilidade de terras devolutas⁶. Essa medida abriu caminhos para promover a ocupação da zona pioneira localizada ao norte do rio Doce, constituída nesse período, em sua maioria ainda, por terras incultas.

No que se refere à redução do preço da terra como uma forma de tornar a propriedade privada da terra acessível ao pequeno agricultor, é bem verdade que a grande disponibilidade de terras devolutas, ocupadas pela vegetação primitiva, na fronteira agrícola ao norte do rio Doce, por si só já eram suficientes para conferir reduzido valor a essas terras. Entre 1910 e 1912 o preço médio da terra praticado no Espírito Santo variava entre 10\$ e 25\$ réis o hectare, enquanto em São Paulo em 1913 consistia em média, 124\$ o hectare (SALETTTO, 1996a).

Os resultados desse processo de ocupação territorial podem ser percebidos parcialmente através da estrutura fundiária pouco concentrada, conforme a tabela 2, onde, em 1940, as pequenas propriedades, com área inferior a 100 ha correspondiam a 91% do número de estabelecimentos agropecuários, bem como representavam 61% da área agrícola do Estado. As propriedades com área superior a 500 ha, representavam menos de 10% da área dos estabelecimentos agropecuários. Portanto, essa estrutura fundiária revela o predomínio da

⁶ Essa medida foi instituída durante o governo de Florentino Avidos (1920-1928) e as famílias beneficiadas pagavam apenas as despesas empreendidas com a medição dos lotes de terra.

pequena propriedade no Espírito Santo, ao contrário do processo de ocupação da maioria dos estados brasileiros, onde impera o predomínio do latifúndio.

Mesmo na zona pioneira no norte capixaba, onde a partir da década de 1970 se constituiu a estrutura fundiária mais concentrada do Estado, Becker afirma que na ocupação dessa região que não há “nada que se assemelhe a um “mar de café” a perder de vista. Pelo contrário, é reduzido o tamanho dos cafezais, restringidos que são pela topografia irregular e pequena dimensão da propriedade” (1973b, p. 47).

Devido às características apresentadas pela estrutura fundiária e produtiva da agricultura estadual, que consistiam no predomínio da pequena propriedade, no trabalho familiar e na ausência de recursos técnicos, a dimensão das propriedades estava relacionada com capacidade de produzir que uma família possuía (CAMPOS JR, 1996). Assim, a produção, que tinha o café como único produto de valor comercial, era pequena, de subsistência, pouco capitalizada propiciando, dessa forma, apenas a reprodução simples da unidade produtiva. Nessas condições, a agricultura permitia um processo de acumulação capitalista bastante incipiente.

Essa estrutura produtiva fundada na pequena propriedade, no trabalho familiar e na ausência de recursos técnicos consolidada com a introdução do imigrante europeu e a abolição da escravidão proporcionou a ocupação do Espírito Santo no sentido do sul para o norte, e reproduziu-se de forma predominante até a década de 1960, quando encerrou a zona pioneira para o café.

3 Crise na estrutura produtiva e a erradicação do café no Espírito Santo

Considerada as condições gerais em que se organizou a formação socioespacial do Espírito Santo, o estado sempre ocupou uma posição periférica no âmbito da região Sudeste. Impossibilitado de acompanhar o desenvolvimento alcançado pelos estados dessa região, também não contou com os incentivos destinados à região Nordeste, embora suas estatísticas registrassem indicadores socioeconômicos inferiores a vários estados nordestinos. Ainda, a forma como se estruturou sua principal atividade econômica, ou seja, a cafeicultura, resultou ao mesmo tempo em baixos índices de qualidade e produtividade, conforme já abordado. No entanto, a importância dessa cultura é marcada por uma “contradição entre o papel fundamental do café no Espírito Santo e o papel marginal do café espírito-santense no plano nacional” (BECKER, 1973a, p. 112). Apesar de configurar-se como a principal atividade econômica, até então desenvolvida no estado, a cultura cafeeira além de ocupar uma posição inexpressiva na produção do país, sempre foi comercializada com um dos menores preços no mercado nacional.

Diferentemente do Espírito Santo, a cafeicultura paulista, segundo Monbeig (1984), desde o século XIX, caracterizava-se pela incorporação de tecnologias de acordo com os padrões da época. Algumas dessas tecnologias consistiam no aperfeiçoamento das máquinas utilizadas no processo de secagem, despulpamento e classificação do café, agregando maior valor ao produto. De modo geral, esses recursos técnicos não estiveram presentes no processo produtivo da cafeicultura capixaba até a segunda metade do século XX.

No entanto, índices de crescimento positivos e superiores à média das principais regiões cafeeiras do país, caracterizam a trajetória da produção de café no Espírito Santo. Segundo Almada (1993), em análise que remete ao recorte temporal estabelecido entre 1881 e 1960, até mesmo nos períodos de crise as exportações de café apresentaram taxas de crescimento positivas, excetuando-se apenas os períodos compreendidos entre 1905 a 1914 e 1935 a 1945, quando alcançaram índices negativos.

A estrutura produtiva capixaba sempre apresentou reduzido potencial de acumulação capitalista. Mesmo assim, reproduziu-se de forma predominante por mais de um século, vindo a dar sinais de falência no contexto do fechamento da zona pioneira estadual. A dinâmica dessa forma de organização da produção não foi capaz de acumular excedentes suficientes para incorporar progresso técnico, de forma que quando os solos davam sinais de esgotamento, os agricultores em vez de recorrerem a técnicas adequadas de utilização e recuperação dos solos, deslocavam-se para novas áreas ocupadas por terras virgens e reproduziam o mesmo processo agrícola, até o esgotamento dos solos. Esta estrutura produtiva encontra seus limites de reprodução no fechamento da zona pioneira, quando se reduz substancialmente a disponibilidade de terras, e entra em decadência.

Buffon (1992) admite que os sinais de falência da estrutura produtiva começam a ser evidenciados desde os anos 1950, quando o saldo migratório estadual torna-se negativo em decorrência de quase metade do crescimento vegetativo ter saído do estado, representando nada mais que a “expressão de uma economia agrária estagnada e destituída de maiores perspectivas” (BUFFON, 1992, p. 262).

Um outro sinal da crise pode ser atribuído à redução da utilização da parceria, considerada também uma relação de trabalho familiar. Como o manejo do café necessita de bastante mão-de-obra, a parceria foi amplamente utilizada na agricultura, chegando a representar em 1940, 50% das relações de trabalho empregadas no espaço rural capixaba. No entanto, duas décadas após a época mencionada, ou seja, no período que antecede a deflagração da crise, o emprego da parceria foi reduzido à metade. A parceria somada ao trabalho familiar representava em 1940, 97% da mão-de-obra agrícola, sendo reduzida para 80% em 1960. Percebe-se aí o início de um processo de desagregação de umas das principais bases de sustentação da estrutura produtiva vigente: o trabalho familiar.

No entanto, após um período de crescente elevação nos preços do café a partir do pós Segunda Guerra, cujo preço médio da saca de 60 kg aumentou de US\$16,18 em 1945 para US\$ 86,83 em 1954, inicia-se em 1955 mais uma queda nos preços do produto, decorrente da superprodução (ROCHA; MORANDI, 1991). A gravidade dessa crise levou à criação do Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura – GERCA, o qual estabeleceu, entre outras medidas, a política nacional de erradicação dos cafeeiros antieconômicos, a diversificação das atividades a serem desenvolvidas nas áreas liberadas pela erradicação e até mesmo a renovação de parte dos cafeeiros antieconômicos, para melhorar a qualidade e a produtividade. Realizada em duas etapas, iniciadas, respectivamente em 1962 e 1966, a erradicação atingiu um número de cafeeiros bem superior ao valor estabelecido, de forma que o Espírito Santo erradicou duas vezes mais a cota que lhe fora definida. Isso se explica pelo fato da cafeicultura capixaba apresentar-se tão antieconômica que o valor das indenizações pagas pelos cafeeiros erradicados era superior ao rendimento obtido com a produção do café, estimulando dessa forma a ampla adesão dos agricultores ao programa de erradicação. Proporcionalmente, o Espírito Santo foi o Estado que apresentou o maior número de cafeeiros erradicados e conseqüentemente foi o mais atingido. Segundo Rocha; Morandi (1991) 53,8% dos cafeeiros capixabas foram erradicados, enquanto este índice para os estados de Minas Gerais, Paraná e São Paulo foi da ordem, respectivamente de 33,0%, 28,4% e 26,0%.

Deflagra-se, então, uma grave crise econômica no Espírito Santo, uma vez que a economia capixaba dependia exclusivamente da monocultura cafeeira, a qual destacava-se pela sua posição hegemônica, por ser a atividade mais importante desenvolvida em território capixaba. Em 1960, em plena crise da cafeicultura, os trabalhadores do setor agrícola representavam 68,1% da população economicamente ativa e desse percentual 80% ainda encontravam-se empregados

na cafeicultura (ROCHA; MORANDI, 1991). Mas, a erradicação não pode ser apontada como a responsável pela crise, mas sim como um fator agravante dessa realidade. A crise reside no caráter antieconômico da estrutura produtiva da agricultura, pois “fosse a cafeicultura capixaba, produtiva, competitiva e lucrativa no contexto nacional a erradicação não teria alcançado proporções tão marcantes como as verificadas no Espírito Santo” (BUFFON, 1992, p. 195).

A consequência mais perversa da erradicação é de ordem social. Segundo Rocha; Morandi (1991), o desemprego agrícola gerado pela erradicação atingiu de forma direta, aproximadamente 60 mil pessoas, que em grande parte migraram para as cidades. O resultado do êxodo rural fica evidente nos indicadores demográficos, os quais apontam entre as décadas de 1960 e 1970 um crescimento da ordem de 95% para população urbana e de apenas 10% para a rural. Em termos proporcionais, o campo perdeu um quarto de sua população.

As áreas liberadas pela erradicação foram ocupadas sobretudo pela pecuária em detrimento de outras culturas, contrariando um dos objetivos estabelecidos pelo GERCA, que consistia na diversificação das atividades agrícolas. A falta de êxito alcançada pelo programa, de um lado, provocou a redução da utilização de mão-de-obra agrícola, uma vez que a pecuária é uma atividade econômica cujo manejo se realiza com um número reduzido de trabalhadores em oposição às características da cafeicultura, e de outro lado, desencadeou um processo progressivo de concentração fundiária. O índice de Gini da concentração da terra para o estado indica uma elevação de 0,524 pra 0,580 no período compreendido entre 1960 e 1970.

A maior tendência à concentração foi verificada justamente na região central, onde além da terra ser menos concentrada foi aí que a agricultura familiar consolidou-se primeiramente. Isso significa que a crise na estrutura produtiva desestruturou em primeira instância a reprodução da agricultura familiar, forma social predominante na estrutura fundiária do Espírito Santo, que sempre figurou como o estado brasileiro cujo índice de concentração da terra é um dos menores.

Dependente da monocultura cafeeira, por configurar-se como a principal atividade econômica desenvolvida no Espírito Santo, quando da ocorrência das outras crises nos preços internacionais do café, não houve um processo de diversificação da agricultura que culminasse na substituição desse produto por uma outra atividade agrícola. Somente no âmbito da política de erradicação do café é que as áreas liberadas por esta cultura foram substituídas sobretudo pela pecuária, mas não se chegou a efetivar um movimento de diversificação das atividades agrícolas.

4 Considerações finais

Uma das particularidades fundamentais da formação socioeconômica do Espírito Santo reside na opção pela agricultura familiar. No âmbito da transição do trabalho compulsório para o trabalho livre, a forma pela qual o governo central conduziu a política imigratória para a Província, promoveu a fragmentação da grande propriedade e a difusão da pequena propriedade rural. Utilizado como propaganda para atrair imigrantes para outras regiões do país, no Espírito Santo o imigrante europeu teve acesso à propriedade da terra e não substituiu o trabalho escravo nas fazendas de café, conforme ocorrido em outras regiões cafeeiras do país.

Nessas condições, a política migratória capixaba conferiu a essa Província um novo e peculiar arranjo espacial, expresso pela estrutura fundiária e pelas relações de trabalho, representadas respectivamente pela pequena propriedade e pelo trabalho familiar.

No entanto, a economia capixaba se desenvolvia dependente quase que exclusivamente da monocultura cafeeira e conseqüentemente a agricultura familiar também. O café representava a única atividade com valor comercial, mas cultivado sem a utilização de recursos técnicos em conformidade com os padrões da época. Com essas características de produção, a qualidade e a

produtividade da principal atividade econômica do estado era bem inferior à média das principais regiões produtoras do país e, conseqüentemente, os preços pagos ao café capixaba também.

Essa agricultura familiar, através da cafeicultura, promoveu a ocupação de grande parte do território capixaba e esse fato não se trata de um mero detalhe, mas que tem implicações diretas na formação socioeconômica do estado. A formação socioeconômica está relacionada à organização da produção e uma estrutura produtiva com tais características só poderia apresentar incipiente potencial de acumulação, limitado em princípio à reprodução simples das unidades produtivas familiares.

O café e a agricultura familiar são os principais elementos que representam o Espírito Santo nesse momento. No entanto, não se constituiu uma agricultura familiar dinâmica, com potencialidade para promover e consolidar o desenvolvimento socioeconômico estadual em bases sólidas. A precariedade da cafeicultura e a falta de dinamismo desses agricultores, resultante das bases em que se assentavam a sua reprodução, são suficientes para explicar a fragilidade e a desestruturação da agricultura familiar.

À medida que os solos esgotavam-se, os agricultores deslocavam-se espacialmente para uma nova região. Nos anos 1960, encerra a fronteira agrícola para o café e esse fato impõe limites à reprodução desses agricultores. Dadas as suas características, a base em que se assentava a reprodução da agricultura familiar torna-se anti-econômica e entra em crise, cujos efeitos são acentuados ainda mais pela erradicação do café. Nesse momento, a agricultura familiar sofre forte impacto negativo. Inúmeras unidades produtivas familiares desaparecem e os membros a elas pertencentes vão integrar as estatísticas do êxodo rural.

5 Referências bibliográficas

- ALMADA, V. P. **A escravidão na história econômico-social do Espírito Santo 1850-1888**. 1981. Dissertação (Mestrado) Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.
- _____. **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**. Vitória: SPDC/UFES, 1993.
- BECKER, B. K. O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação (introdução). In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 107-132, jul./set. 1973a.
- _____. O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação (conclusão). In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, p. 35-112, out./dez. 1973b
- BUFFON, J. A. **O café e a urbanização do Espírito Santo**: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. 1992. Dissertação (Mestrado em Economia), Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1992. 352 f.
- CAMPOS JR. C. T. **O novo arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.
- CAPEL. Estudos de desenvolvimento regional (Espírito Santo). Série Levantamentos e análises, n. 14, , 1959
- CORRÊA, R. L. O espaço geográfico: algumas considerações. In:_____. SANTOS, M. (Org.) **Novos rumos da geografia Brasileira**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 25-34
- _____. CASTRO, I. E. de; GOMES. P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) Espaço: um conceito-chave da geografia. In: **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 15-48
- EGLER, A. W. A zona pioneira ao norte do rio Doce. In: **Revista Brasileira de Geografia**. v. 13, nº 2, abr/jun, p. 55-96, 1951.

- FERREIRA, S. P. **Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional – 1940-1960**. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências), Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987. 2 61f.
- MARTINS, J. de. **O cativo da Terra**. 4. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- _____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC/ Polis, 1984.
- PETRONI, P. **Aspetos geográficos da área de colonização antiga do estado do Espírito Santo**.
- ROCHA, A. C.; COSSETTI. M. da P. **Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo – 1850/1930**. Vitória: UFES/CCJE/Dep. Economia/NEP, 1983.
- ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955- 1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.
- SALETTI, N. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888 – 1930)**. Vitória: EDUFES, 1996a.
- _____. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: EDUFES, 1996b.
- VALADÃO, V de A. **Assentamentos e sem terra: a importância do papel dos mediadores**. Vitória: EDUFES, 1999.
- WAIBEL, L.H. As zonas pioneiras do Brasil. IN: **Revista Brasileira de Geografia**. v. 17, n° 4, out/dez, p. 3-36, 1955.